



Apresentação dos Trabalhos Selecionados na I Chamada Pública para Relatos de Experiência sobre Práticas Pedagógicas em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Márcia Denise Pletsch
Saionara Corina Pussenti Coelho Moreira
Mariangela de Campos Dias

Em dezembro de 2020, o Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) recebeu 19 trabalhos submetidos à chamada pública para publicação de relatos de experiência no Portal Práticas Educacionais Inclusivas, sobre o tema: práticas pedagógicas realizadas durante o primeiro ano de ensino remoto nas escolas públicas, em decorrência do distanciamento social, provocado pela pandemia do Covid-19.

A Comissão Organizadora do Portal com auxílio do Comitê de avaliadores *ad hoc* selecionou 11 trabalhos, que publicamos neste mês de junho de 2021. Neste primeiro volume, apresentamos um relato em vídeo e 9 experiências por escrito. Destes, 1 (um) foi realizado na cidade de Serra, no estado do Espírito Santo; e os demais no estado do Rio de Janeiro: 4 (quatro) realizados na região da Baixada Fluminense, 1(um), em Macaé, e 4 (quatro), na capital.

Ao ler os relatos observamos pontos em comum, não apenas na metodologia, no desenvolvimento das ações pedagógicas, nos materiais utilizados e nos resultados alcançados, mas principalmente no comprometimento desses educadores.

Difícil foi buscar criatividade num momento de incertezas e medos, inclusive para eles que por força da profissão precisam, como se costuma dizer, sempre reinventar-se. Pois assim fizeram. Sem esquecerem-se dos preceitos de teóricos que embasam suas ações pedagógicas, em especial Vigotski e Paulo Freire; aqui descrevem um pouco do que tem sido realizado nas escolas públicas, para garantir remotamente o ensino e aprendizagem, em particular, dos alunos público da Educação Especial.

Em março de 2020, estados e municípios, com o consentimento do poder

público, tomaram suas iniciativas, com o intuito de desenfrear a propagação do Coronavírus. Para promover o distanciamento social e evitar aglomerações nos diferentes espaços, umas das medidas foi incentivar atividades remotas. Inclusive para que as escolas públicas e particulares substituíssem as aulas presenciais por aulas online. Em outubro de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou que as atividades de ensino seguissem remotamente até 31 de dezembro de 2021.

Nesse sentido, surgiu o ensino remoto com suas aulas síncronas e assíncronas. Junto com elas, a necessidade de que, de um dia para o outro, os professores e demais educadores se capacitassem em novas tecnologias digitais, até então pouco utilizadas em suas práticas de ensino, entre elas: uso de aplicativos e plataformas digitais de videoconferência para realização das aulas, edição de vídeos e de livros digitais, uso de redes sociais para promover seminários e outras ferramentas utilizadas na modalidade de Educação a Distância, que mesmo diferindo do Ensino Remoto, tornaram-se necessárias e úteis nesse momento.

A leitura dos trabalhos nos permite inferir que desigualdades e precariedades existentes nas escolas pré-pandemia, agravaram-se durante a necessidade do ensino remoto. Neste caso, não apenas para os alunos da Educação Especial, também aos alunos em condição de vulnerabilidade e inseridos em escolas com menos recursos materiais.

Embora a Internet tenha sido pensada como recurso para que as aulas fossem apresentadas para todos, ela, no entanto, não foi de uso universal. Não para surpresa dos professores, nem todos seus alunos e suas famílias têm acesso à Internet, computador e telefone celular, instrumentos necessários para acompanhar as aulas tanto através das plataformas digitais criadas pelas escolas, quanto por outro meio digital. Antes, se as práticas docentes buscavam oferecer o mesmo currículo para todos os alunos, elaborando, presencialmente, estratégias que atendessem as especificidades de cada um; agora o desafio e dificuldade está em fazê-lo remotamente.

Sendo assim, como, por exemplo, preparar uma aula, para ser assistida pela Internet, por um aluno com deficiência intelectual sem acesso ao computador? Ou como elaborar uma tarefa que precisa ser mediada pelo responsável pelo aluno, quando aquele está em horário de trabalho manhã, tarde e noite? Como lidar com o medo das crianças em relação à pandemia? Quais tecnologias assistivas de baixo custo podem ser usadas? Como fazer tais tecnologias chegarem até eles? Como motivar as famílias a participarem das atividades propostas?

Contornar as dificuldades somente foi possível diante da parceria entre escola e família e ao trabalho multiprofissional realizado por essas instituições de ensino. Os resultados demonstrados nos trabalhos aqui publicados revelaram-se, em sua maioria, satisfatórios. Ainda que se saiba na educação básica a interação com os professores e os demais colegas de classe ser condição fundamental para melhor aquisição de conhecimento. No entanto, deixar as crianças e jovens sem atendimento educacional não foi cogitado em nenhum momento.

Esta edição da publicação de relatos de experiências é organizada pela Professora Doutora Márcia Denise Pletsch, coordenadora geral do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pela Professora Mestra Saionara Corina Pussenti Coelho Moreira, da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu e integrante do ObEE/UFRRJ e pela Técnica em Assuntos Educacionais Mestra Mariangela de Campos Dias, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e integrante do ObEE/UFRRJ.

No primeiro relato desta edição "**ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA SARS-COV-2: POSSIBILIDADES EM EDUCAÇÃO**", os autores apresentam os pontos positivos e negativos das Oficinas de Linguagem, Psicopedagógica e de Educação Psicomotora, realizadas para alunos neurotípicos. A intervenção tem base nos teóricos Paulo Freire, Vigotski, Luria, Leontiev, e Henri Wallon. Dentre os pontos negativos, argumentam a dificuldade em trabalhar numa modalidade de ensino não regulamentada até então, o ensino

remoto, que se difere da Educação a Distância, para a qual não se tem formação.

Em **“PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE EMPODERAMENTO E DE ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL, REALIZADAS PELO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM CONTEXTO DE PANDEMIA”**, sem desprezar o Plano de Ensino Individual (PEI), a autora relata atividades realizadas junto aos alunos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista, matriculados na Sala de Recursos. As práticas têm por objetivo contribuir para valorização da população negra e para redução de discriminação e racismo; principalmente, em relação às alunas negras. Como amparo legal, leva em consideração o que preconiza a Lei nº 11645, de 2008.

No texto **“ESTIMULAÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS COM MICROCEFALIA ASSOCIADA A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS: ENSINO REMOTO, ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL E APOIO ÀS FAMÍLIAS NA PANDEMIA”** Os autores relatam o serviço de estimulação precoce desenvolvido para crianças, de 0 a 3 anos, portanto frequentando a Educação Infantil, com microcefalia associada a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). Verificaram que houve diferença na participação das famílias nas atividades mediadas por estas. Enquanto algumas disseram que, apesar do momento, puderam ampliar o vínculo entre pais e filhos, em outras, os autores perceberam pouca ou nenhuma participação nas atividades propostas, demandando maior atenção da equipe de trabalho.

Em **“A PESSOA JOVEM E ADULTA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL EM FOCO: ENSINO REMOTO”** as autoras relatam o uso de mídias sociais e de um blog, para realização de aulas síncronas e assíncronas para alunos com Deficiência Intelectual. Destacam-se atividades de complementação pedagógica para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

O trabalho **“UMA PROPOSTA DE ENSINO INDIVIDUALIZADO PARA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO POR MEIO DO ENSINO REMOTO PARA UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL”** é apresentado pelas autoras como possibilidades de aplicação Plano Educacional Individualizado (PEI)

para um aluno, de 28 anos, com deficiência intelectual e Síndrome de Down, com o objetivo de auxiliá-lo em suas atividades laborais, visto que ingressou no mercado de trabalho, exatamente neste ano de 2020.

O trabalho **“EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO IFES/CAMPUS SERRA”** é relatado pelas autoras como uma Instituição Federal de Ensino Superior tem buscado, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne), promover a inclusão dos graduandos da educação especial, na educação profissional e tecnológica. Em particular, neste período de pandemia, a instituição tem priorizado a aula remota e disponibilizado empréstimo de tablets e auxílio Internet, para aqueles alunos que não têm acesso à Internet nem computador em casa.

Em **“RELATO DE EXPERIÊNCIA: O USO DE RECURSOS DE BAIXA TECNOLOGIA NO ENSINO REMOTO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”**, o autor descreve como utilizou recursos de baixa tecnologia, dentro da concepção de Tecnologia Assistiva, com o objetivo de atender uma aluna com deficiência intelectual, sem acesso às redes sociais e à Plataforma Digital, disponibilizada pela escola, para realização das atividades remotas. A proposta de sua ação pedagógica era que a aluna não perdesse o vínculo com a escola, pudesse construir o conhecimento de modo lúdico e valorizasse seu processo de comunicação.

No relato **“O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ENSINO REMOTO: DESAFIOS, PARCERIAS E POSSIBILIDADES”** a autora descreve como a professora do AEE auxiliou professores das classes regulares durante o ensino remoto, através da criação de um kit com materiais escolares, para ser distribuído, individualmente, a cada um dos 48 alunos do AEE.

Em **“EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO WHATSAPP NO TRABALHO PEDAGÓGICO REMOTO SÍNCRONO COM ALUNOS COM NEE DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA”**, as autoras descrevem como as professoras do AEE puderam auxiliar dois alunos, um com Síndrome de Asperger e outro com Síndrome de

Down, matriculados, respectivamente, nos cursos de Programação de Jogos Digitais e Informática. Além do uso da Plataforma digital, disponibilizada pela escola, fez-se indispensável o uso de um aplicativo de rede social, especialmente para explicar técnicas de estudo e de relaxamento.

No vídeo **“EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA – COVID -19. PRÁTICAS REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2020 NO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL MEDALHISTA MAURICIO LUIZ DE SOUZA”**, a autora relata as ações realizadas durante o ano de 2020, a partir do trabalho em ensino remoto, desenvolvido com crianças da educação infantil, público da educação especial, no âmbito de Sala de Recursos Multifuncional.

Por fim, reiteramos a importância de refletirmos sobre os últimos acontecimentos, as práticas pedagógicas apresentadas nessas publicações nos mostram a diversidade da sala de aula, que perpassam o ensino básico até o ensino superior. Ver a narrativa desses professores nos permite ter um olhar de amorosidade em dias tão difíceis para todos. Esperamos que esta edição do Portal de Práticas Inclusivas seja referência para outras práticas inclusivas e também para estudos científicos.

Parabéns aos professores que lutam todos os dias para que a educação de qualidade alcance as casas em tempos de ensino remoto.